

## **008ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 29NOV2016**

**(Texto com revisão.)**

**O SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Esta audiência pública tem por objetivo debater o PLL nº 184/16, que cria o programa Municipal de Segurança das Comunidades do Município de Porto Alegre. Passo a fazer a leitura do edital. (Lê.): “O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida comunidade porto-alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 29 de novembro de 2016, às 19 horas [nas salas de reunião nºs 301 e 303], no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizado na Av. Loureiro da Silva, nº 255, nesta Capital, com o objetivo de debater o tema acima referido. Gabinete da Presidência, 09 de novembro de 2016. Vereador Cassio Trogildo, Presidente.”

Convidamos para compor a Mesa: o Ver. Engº Comassetto, que presidirá os trabalhos; o Ver. Reginaldo Pujol; o Sr. Rodrigo Meotti Tentardini, representante da Secretaria Municipal de Segurança; o Sr. Luiz Felipe Persson, representante da Associação Lagos de Nova Ipanema; o Sr. Erivani Lopes Haygert, Presidente da Associação dos Moradores do Loteamento Verdes Campos - Amovec; o Sr. Gonorvan Zaltron, representante da Associação dos Moradores e Proprietários do Loteamento Jardins do Prado; o Sr. Roni Ederson Ribeiro, representante da Associação dos Moradores da Chácara das Nascentes. Passo a palavra ao Ver. Engº Comassetto.

**O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto):** Boa noite a todos os participantes desta audiência pública. Quero, na pessoa do meu colega, Ver. Reginaldo Pujol, cumprimentar os componentes da Mesa e representantes das comunidades presentes. Solicito um minuto de silêncio em homenagem à Chapecoense pelo grave acidente aéreo, ocorrido recentemente.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto):** Muito obrigado. Declaro abertos os trabalhos. Já composta a Mesa, vamos trabalhar da seguinte maneira: os componentes da Mesa farão uma introdução do assunto; após, passarei a palavra para as autoridades presentes, para os representantes das comunidades proponentes desta Audiência Pública. Temos dez inscrições abertas ao público presente, de cinco minutos cada uma, que podem ser realizadas à nossa esquerda, com a assessoria da Diretoria Legislativa. Aproveito para cumprimentar o Diretor Legislativo, Luiz Afonso de Melo Peres, e sua equipe, que nos dá suporte nesta noite de trabalho.

A presente audiência pública traz um tema que aportou na Câmara Municipal de Porto Alegre já há alguns anos, com a busca das comunidades – cada comunidade com as suas características, na sua diversidade e pluralidade – em ter algumas atuações, ações organizadas e coletivas que propiciassem um conjunto de intervenções em prol da segurança. Este tema é bastante novo para Porto Alegre, novo sob o ponto de vista da legalidade. As comunidades aportaram aqui no início de 2015, na Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação, e nós realizamos um conjunto de reuniões e audiências públicas. Estiveram presentes às audiências da CUTHAB as comunidades, além do conjunto dos Vereadores que compõe a Comissão, representantes dos Gabinetes do Vice-Prefeito, do Prefeito, do Ministério Público. No final de 2015 foram feitos dois encaminhamentos: continuar fazendo o diálogo com o Executivo, através do Gabinete do Vice-Prefeito Sebastião Melo, para fazer a análise da possibilidade de fazer um ajuste na legislação no que diz respeito ao tema da legislação urbanística da cidade de Porto Alegre. Montou-se um grupo de trabalho, mas não se chegou a um denominador comum numa lógica resolutiva do problema, do entendimento. E esse grupo de trabalho, Ver. Pujol, continua existindo. Certamente esse é um tema da Cidade, não é um tema de uma gestão, terá continuidade.

Naquele período, o Ministério Público, que já tinha ações desenvolvidas contra algumas comunidades e mesmo contra o Município, retirou essas ações e recomendou que Porto Alegre construísse um entendimento sob o ponto de vista da legislação, para enfrentar esse tema. No decorrer de 2016, foi construída a tese de que poderíamos tratar do tema da segurança e elaborar uma legislação que provocasse uma relação legal das comunidades com o Poder Público Municipal. Fruto disso nasceu o projeto, e tive a oportunidade de, em conjunto com as comunidades, fazer esta proposição e apresentar

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 29NOV2016

---

ao conjunto dos colegas Vereadores e Vereadoras. O projeto deu entrada aqui, passou pela nossa Diretoria Legislativa, foi à Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer positivo, e, com isso, aplicamos o art. 81 do Regimento da Casa, que diz que já poderia ir a Plenário para ser votado. Foi ao Plenário para votação, abriu-se a discussão, fizemos duas Sessões de discussão na tentativa de votar o projeto, iniciamos o debate, e, na última Sessão de debate, num diálogo com o Líder do Governo, Ver. Mauro Zacher, e a pedido da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, que está aqui com seu chefe de Gabinete, e do Ver. Cláudio Janta, entre outros, surgiu a constituição desta audiência pública para tratar do assunto. Propusemos isso ao Plenário, foi aprovado, levado à Mesa Diretora, que convocou o dia da audiência pública, sob a direção administrativa da nossa Diretoria Legislativa.

E aqui estamos, na noite de hoje, para debatermos esse tema. Convidamos para esta audiência pública, além das comunidades que estavam junto na última Sessão e que deram acordo para que constituíssemos esta audiência pública, o Ministério Público, a Vara Urbanística, o Dr. Eliberto e o Dr. Cláudio, que tratam desses assuntos lá no Ministério Público. Eles deram retorno hoje, dizendo que há um conflito de agenda, que não se fariam presentes. No final desta audiência, quero sugerir aqui que a gente remeta o conteúdo que for discutido hoje ao Ministério Público, porque ele vinha tratando deste tema. Também convidamos o Governo Municipal, que designou como representante da Secretaria Municipal de Segurança, do Secretário Coronel Fraga e do Grupo Trabalho do Vice-Prefeito Sebastião Melo o Sr. Rodrigo Meotti Tentardini. Também está o Lopes, que representa o conjunto das comunidades e que fará a fala representando sua comunidade. O projeto de lei em discussão cria o Programa Municipal de Segurança das Comunidades do Município de Porto Alegre e tem seis artigos muito simples. (Lê.) “Art. 1º – Fica criado o Programa Municipal de Segurança das Comunidades do Município de Porto Alegre, destinado a fomentar as iniciativas de segurança de parte da comunidade. Parágrafo único. Para fins desta Lei, considera-se comunidade os núcleos urbanos como bairros, vilas, ruas, avenidas e assemelhados. Art. 2º – Para fins de atingir os objetivos do Programa criado nesta Lei, as comunidades poderão, por meio de entidades representativas devidamente constituídas, firmar convênio com o Município de Porto Alegre, para atuar, de forma conjunta e regulamentada, no exercício de iniciativas que visem à segurança local. Art. 3º – Visando a garantir a sua segurança, as comunidades

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 29NOV2016

---

poderão dispor de serviços de vigilância por meio de pessoal devidamente registrado, de equipamentos eletrônicos, como câmeras ou outros recursos tecnológicos de segurança, e de elementos físicos. Art. 4º – No caso de comunidades que possuam acessos exclusivos de entrada e saída, poderão ser instalados equipamentos e alocado pessoal para manter a vigilância acerca da segurança local, nos termos a serem definidos no convênio referido no art. 2º desta Lei. Art. 5º – As despesas com serviços de vigilância e equipamentos correrão por conta das comunidades que aderirem ao Programa criado nesta lei. Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Temos o parecer da nossa Procuradoria, do nosso Procurador Claudio Roberto Velasquez, no sentido de que não encontra óbice de natureza jurídica. Depois, foi apresentada a Emenda nº 01, que inclui parágrafo único no art. 1º do projeto de lei, conforme segue: “Parágrafo único – Para fins desta Lei, considera-se comunidade os núcleos urbanos como bairros, vilas, ruas, avenidas, loteamentos residenciais e assemelhados.” Temos o parecer da Constituição e Justiça, assinado pelo seu Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, dando inexistência de óbice de natureza jurídica, e, depois, os trâmites que houve aqui na Câmara de Vereadores. Este é o histórico até este momento.

De imediato, passo a palavra para o Sr. Erivani Lopes Haygert, Presidente do Residencial Verdes Campos, para que faça a apresentação por parte das comunidades.

**O SR. ERIVANI LOPES HAYGERT:** Boa noite a todos e a todas. Bem, nós tiramos um documento feito a várias mãos, pelas diversas comunidades que estão aqui representadas: Verdes Campos, Chácara das Nascentes, Jardins do Prado e Intervillage. Este documento, este projeto, como já falou o Comassetto, foi discutido inúmeras vezes em reuniões que tivemos na própria CUTHAB, exatamente porque nós vivemos hoje principalmente uma situação de insegurança pública, e há esta busca no Poder Executivo, no Poder Legislativo de Porto Alegre por estas comunidades representadas aqui. Em Porto Alegre, nós temos aproximadamente 80 comunidades que têm esta formatação, ou seja, as comunidades contratam pessoal para fazer o seu controle de acesso. Não é definido como uma portaria, mas, sim, como um controle de acesso. E o que nós buscamos, na realidade, é que tenhamos uma base legal no Município de Porto Alegre para esse controle de acesso, que visa basicamente à segurança interna do perímetro

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 29NOV2016

---

dessas comunidades, principalmente dos loteamentos residenciais. Porque nós temos, na realidade, nessas comunidades, praticamente um condomínio de fato, mas não de direito. Então, o que se busca é que nós tenhamos uma base legal para atuarmos e para que não sejamos, digamos, instados a retirar o que pagamos com meios próprios, da Associação, fruto da contribuição dos moradores e proprietários, a segurança que temos hoje e que nós mesmos provemos para ter. Então nós temos um documento, vou fazer a leitura do documento. Ele defende exatamente a posição que nós temos em relação à segurança dos nossos perímetros. (Lê.) “A segurança pública partilhada Poder Público/comunidade. Audiência Pública, PLL nº 0184/16, que cria o Programa Municipal de Segurança das Comunidades. Câmara de Vereadores, 29-11-2016.” A segurança pública ou, melhor referindo, a insegurança pública atualmente reinante nas grandes cidades, entre as quais Porto Alegre, é hoje um dos maiores fatores de preocupação e cobrança de ação do Estado e das respectivas autoridades por parte das pessoas e das entidades representativas da sociedade civil organizada. Diariamente nós nos defrontamos com notícias alarmantes, principalmente sobre crimes contra a pessoa: assalto a mão armada, latrocínio, homicídio, chacinas, inclusive com corpos distribuídos em paradas de ônibus, devidamente partilhados, digamos assim; bem como contra as empresas e entidades bancárias, estabelecendo um verdadeiro pânico entre a população. Há hoje um clamor popular pedindo a ação do Estado com referência à segurança. No entanto, o Poder Público, devido à falta de recursos financeiros, de pessoal e de material, tem-se mostrado impotente para fazer frente ao problema que aflige toda a sociedade. A criminalidade cresce numa progressão geométrica, enquanto que a capacidade de enfrentamento do Estado decresce preocupantemente, principalmente para coibir a ação dos traficantes e o uso generalizado de drogas e a cadeia de crimes que derivam dessas práticas ilícitas, situação esta ainda mais grave nos bairros e vilas periféricas, locais onde o crime organizado tem *gangs* juvenis atuando e estabelecendo as suas próprias leis ao arripio da lei do Estado e da ordem da esfera pública.

Sobre o problema, o próprio atual Secretário Estadual de Segurança, Cezar Schirmer, em entrevista para a televisão, no dia 8 de novembro de 2016, declarou que o problema segurança pública é enorme e que o seu enfrentamento requer a atuação de todos, não só do Poder Público como também da sociedade civil organizada. E nós entendemos que as comunidades são, sim, uma parte da sociedade organizada.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 29NOV2016

---

A nossa Constituição, em seu art. 144, estabelece que a segurança pública é dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, não só do Poder Público. Ou seja, somos, enquanto pessoas e entidades representativas das comunidades, destinatários e também agentes da nossa própria segurança. Em Porto Alegre existem inúmeras comunidades, aproximadamente oitenta, englobando mais de cem mil pessoas residentes em denominados loteamentos residenciais que, através das suas respectivas associações de moradores, vêm atuando de forma complementar ao Estado. Elas provêm as necessidades de segurança interna aos seus respectivos perímetros, através da contratação de empresas de segurança privada para o controle do acesso. Atuação essa que já foi reconhecida inclusive em parecer do próprio Ministério Público Estadual como um meio eficaz de participação da comunidade na construção da segurança local, considerando a aceitação tácita por parte do Poder Público Municipal de tais controles e a inexistência de descumprimento do direito constitucional de ir e vir. Salientamos que não existem quaisquer restrições ao acesso e à circulação interna desses locais, porém o simples fato de haver esse controle por parte da comunidade inibe preventivamente qualquer ação criminosa. Salientamos que, quando há a atuação comunitária legalmente constituída através de suas associações comunitárias, registram-se índices de criminalidade zero. Isso mesmo, senhores: criminalidade zero! Dentro dos perímetros que estão sob o controle das associações, pago por nós mesmos, a criminalidade é zero! Apesar de estarmos inseridos com bairros com maior índice de violência – que é o meu caso, lá no Verdes Campos; no Mário Quintana e também no Intervillage –, dentro do perímetro nosso, a criminalidade é zero! E isso é fator de suma importância, algo que não pode ser, de forma alguma, desconsiderado.

Demonstra isso, de forma inquestionável, a importância das ações encetadas em ‘parceria voluntária’ – Poder Público e comunidades. É importante citarmos que tais parcelas do aglomerado urbano da nossa Capital estão, em sua grande maioria, inseridas em locais, bairros com elevado índice de criminalidade – como eu falei – e que tais iniciativas geram um cinturão de segurança local. As parcerias com as comunidades têm sido incentivadas fortemente pelo Poder Público em diversos níveis, em diversas atividades, visando ao atendimento das demandas públicas em que esse ente público apresenta dificuldades em atender. A segurança pública com certeza é uma delas e talvez uma das mais importantes, por envolver o essencial que temos – a vida própria de cada

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 29NOV2016

---

um de nós, dos nossos familiares e a garantia do patrimônio e da convivência em sociedade.

O que buscamos, enquanto entidade representativa das comunidades e loteamentos residenciais, é a regularização da relação com o Poder Público Municipal, fortalecendo a atuação como auxiliares, principalmente no que tange à segurança, e estabelecer, na prática, a parceria Poder Público e comunidade para a promoção da segurança em nível municipal, em colaboração com o Estado. Não queremos aqui ser autônomos, em hipótese alguma; nós queremos ser colaboradores, mas temos que ter uma base legal para isso.

A Lei Municipal nº 9.056/12, que cria a Secretaria Municipal de Segurança e Direitos Humanos em Porto Alegre, estabelecia em seu art. 2º que compete à Secretaria: III – planejar, coordenar e controlar as políticas de segurança comunitária e de prevenção à violência; IX – promover canais de participação da sociedade tendo por objetivo a construção de uma segurança pública de caráter comunitário. A Lei Municipal nº 11.399/12, que alterou essa lei que eu acabei de citar, estabelece: X – identificar e diagnosticar causas e consequências da violência urbana a partir de bases de dados georreferenciados – ou seja, dentro da comunidades; XI – intermediar com as diversas esferas do Poder Público o atendimento de demandas comunitárias por segurança, construindo, em conjunto com as comunidades regionais, os elementos de intervenção dos órgãos de segurança do Estado e da União – é o que nós queremos; XII – articular e estabelecer ações intergovernamentais, sistêmicas e continuadas na área de segurança cidadã no Município de Porto Alegre.

A título de exemplificação, listamos abaixo alguns dos benefícios para segurança da nossa Cidade, em que os convênios – nós estamos propondo no projeto – a serem firmados entre as associações comunitárias e a Secretaria Municipal de Segurança trarão: maior interação entre empresas de segurança e a Secretaria Municipal de Segurança de Porto Alegre, permitindo o uso racional do aparato policial atualmente existente; abertura de um canal de comunicação estruturado e organizado a ser acionado unicamente em situações de emergência, já existente em algumas comunidades. Por exemplo, nós temos, com a Brigada Militar, vários grupos internos da nossa comunidade, isso foi incentivado pela própria Segurança do Estado, grupos de WhatsApp em que as pessoas daquele grupo se dirigem a uma pessoa que faz, digamos, uma triagem, faz uma filtragem

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 29NOV2016

---

das coisas que realmente têm que se ser encaminhadas à Segurança Pública para que o aparelho policial do Estado atue. Então nós temos, lá nos Verdes Campos, vários grupos com essa finalidade. Essa já é uma situação existente.

Continuo: possibilidade de a Secretaria Municipal de Segurança integrar novas câmeras de segurança ao sistema de câmaras e monitoramento da Cidade. Nós já temos esse sistema em Porto Alegre e nós queremos ser também colaboradores e colocar câmeras que sejam integradas ao sistema de segurança de Porto Alegre. Com base nisso é que entendemos que somos colaboradores efetivos para que a própria Secretaria Municipal de Segurança cumpra as suas finalidades e competências para as quais foi constituída, dessa forma podendo trazer resultados concretos à sociedade porto-alegrense, através da autorização para a Prefeitura conveniar com as comunidades legalmente organizadas, estabelecendo, inclusive, regramento e limites dessa atuação. Isso é o que se busca com o PLL nº 184/16 a ser votado no Legislativo Municipal. Com isso o Legislativo Municipal dará um importante passo no sentido da construção, Ver. Comassetto, de uma convivência mais segura e de uma Porto Alegre mais justa e humana para todos viverem, trabalharem e produzirem, que é o que nós precisamos. E aqui eu coloquei também uma frase que é muito conhecida: 'O poder emana do povo e em seu nome deve exercido. E o povo está nas comunidades. Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto):** Muito obrigado. Eu quero convidar para fazer parte da Mesa o Sr. Gerson Moreira da Costa, da Associação dos Moradores Loteamento Intervillages, que representa a comunidade. E convido também uma das meninas para fazer parte da Mesa, afinal de contas temos que ter uma representação de mais de 50% dos moradores dos condomínios. (Pausa.) Seja bem-vinda, Professora, representante da Chácara das Nascentes. (Palmas.)

Eu passo a palavra, de imediato, ao Sr. Rodrigo Tentardini, representante do Poder Público Municipal, representando a Secretaria Municipal de Segurança.

**O SR. RODRIGO TENTARDINI:** Boa noite a todos e a todas. Eu vou ser bem sucinto na minha fala, porque esse texto que o senhor acabou de ler representa muito que hoje a Segurança Pública está sofrendo – está sangrando, literalmente. Tudo o que venha a somar de forma complementar e auxiliar as forças de Segurança Pública acho que são

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 29NOV2016

---

muito bem-vindas. O Secretário de Segurança é o Coronel Fraga, hoje estou aqui representando a Secretaria de Segurança. Houve uma pesquisa agora, na época da eleição, sobre o que a população porto-alegrense mais estava necessitando: 81% da população disse segurança. Esse é o fator que mais o povo porto-alegrense está solicitando. Então, em tudo que a Secretaria de Segurança Pública do Município puder ajudar, ratificando esse programa, com certeza tudo será muito bem-vindo, porque hoje em dia nem a Guarda Municipal, nem mesmo a Brigada Militar trabalham sozinhas, elas fazem diversos convênios, e pelo projeto lido pelo Vereador, e pelo que o Sr. Lopes acabou de ler, isso nada mais é do que um convênio com o Município de Porto Alegre. As comunidades que estão solicitando esse acesso monitorado, ele não está impedindo que entre nos loteamentos, não tem por que não ser aprovado esse projeto. Eu vejo com esse viés. Na Secretaria Municipal de Segurança, a gente trabalha na segurança pública com a Guarda Municipal de Porto Alegre, então, hoje, o investimento na Guarda Municipal é quase que nulo. O Prefeito que está saindo agora desta gestão, de alguma forma não... Sou Guarda Municipal há 15 anos, e sempre estamos solicitando verba para viatura, para uniforme, e nós temos hoje um concurso em aberto para a chamada de 140 guardas que poderiam auxiliar na segurança de praças e parques e próprios municipais. Não há investimento na Secretaria, não há. A Secretaria de Segurança Pública do Município de Porto Alegre é a que menos recebe verba do Governo Municipal. E vejo como uma alternativa para diminuir o índice de criminalidade nestes loteamentos onde, como o Sr. Lopes falou, ocorre o monitoramento nas cancelas, o índice de criminalidade foi zero, mesmo estando inserido dentro das comunidades que conhecemos e sabemos que está bem difícil o conflito do tráfico de drogas. Coloco-me à disposição. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto):** Muito obrigado, Sr. Rodrigo, que representa aqui a Secretaria Municipal de Segurança. É muito importante a sua fala porque o projeto é muito claro, Ver. Pujol, sabemos disso. O projeto por si só não vai resolver a demanda trazida, a potência dos conflitos existentes, o projeto abre a porta, regulamenta e institui a legalidade para que o Governo Municipal, provavelmente através da Secretaria Municipal de Segurança, institua toda essa relação. Haverá uma continuidade, logo após o projeto, para discutir como isso se tornará realidade, ou seja, a sua regulamentação. Mas se não aprovarmos o projeto, não chegaremos à segunda etapa, e precisávamos ouvir a posição

---

do Poder Público Municipal. Creio que, no decorrer da reunião, vamos debater, até para verificar a estratégia de movimentos, para que possamos aprovar o projeto nos próximos dias. A palavra está à disposição.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Estou aqui muito mais com o objetivo de ouvi-los, já que este projeto abre portas, estabelece redes, intercambia e procura (Ininteligível.) pública, e gostaria de saber a opinião de lideranças aqui presentes para essa complementação desse projeto que está sendo arduamente trabalhado, então me calo para ouvi-los.

**O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto):** Muito bem. Com a palavra o Sr. Gonorvan.

**O SR. GONORVAN ZALTRON:** Boa noite a todos. Represento a Associação de Moradores do Jardins do Prado, e quero agradecer a presença de todos. Sei que a comunidade abre mão de estar com seus familiares para estar aqui presente. Isso ressalta o quanto é importante o tema segurança na nossa Cidade, o quanto à insegurança nos aflige. E as ações que a gente faz em conjunto com a sociedade organizada, como associação, o quanto nos traz segurança dentro do nosso perímetro. Então, a gente sai hoje do trabalho, vai para casa e faz uma correria enorme dentro dos carros, todo mundo fechado, num clima de insegurança muito grande, e, quando passa pela portaria, dentro do loteamento, ela se sente num outro mundo. Um mundo em que a gente tem segurança, que a gente pode fazer uma caminhada, que a gente pode transitar com os nossos filhos. É isso que a sociedade quer, que as nossas comunidades querem, e que a gente está aqui buscando hoje através da participação de vocês, da participação nossa, das entidades, das associações reunidas nessa demanda. Então, a gente quer mais segurança. E o simples fato de a gente fazer a identificação, o controle do acesso – a gente não inibe que a pessoa entre, deixa a liberdade de ir e vir que está prevista na Constituição –, de monitorar as pessoas que acessam o loteamento nos traz o índice de criminalidade zero. E isso é importantíssimo no nosso loteamento, onde o índice de criminalidade caiu a zero. E antes, quando a gente não tinha esse controle, tínhamos vários boletins de ocorrência, várias situações que nos afligiam: roubos, assaltos. E isso acabou. E essa experiência que as comunidades trazem hoje à Câmara de Vereadores é nesse sentido. No sentido de ter uma legislação que nos apoie, que apoie o Poder

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 29NOV2016

---

Público, para que ele possa fazer um convênio com essas comunidades, então, que a lei autorize o Município a fazer esse convênio, que o projeto de lei, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que vem discutindo, ao longo do tempo, na CUTHAB, e, agora, nesta área, o Ver. Pujol e os demais Vereadores que nos apoiam sabem o quanto é importante à aprovação desta lei. Uma lei que permita que a gente possa fazer um convênio, que a gente possa dar instrumento para a Segurança Pública Municipal, para a Secretaria de Segurança Pública, que a tire do papel, que ela efetivamente atue em parceria com as comunidades. Hoje, essa atuação não existe, pelo menos, nessa questão em nível municipal. Então, é isso que nós buscamos, nós queremos a aprovação dessa lei, que nos permita fazer esse convênio, que a Prefeitura tenha instrumentos que possam levar a índices de criminalidade que a gente espera, zero, dentro das nossas comunidades. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto):** O Sr. Roni Ribeiro está com a palavra.

**O SR. RONI EDERSON RIBEIRO:** Boa noite a todos integrantes da Mesa, Ver. Comassetto, Ver. Pujol, agradeço a oportunidade de participar desta importante reunião, deste importante debate. Gostaria de deixar claro aos Vereadores aqui presentes que lamento a falta de participação de outros Pares, até porque teríamos oportunidade de trazer a comunidade mais próxima, para poder se expressar. Sei que, em outra oportunidade, quando foi levado esse projeto a debate, algumas associações levantaram questões pejorativas em relação ao projeto, aspectos que, realmente, não são objeto do projeto. O objeto do projeto, ele é muito simples, como o próprio Ver. Comassetto falou, o Lopes também complementou o companheiro Gonorvan. A questão é simples, as comunidades precisam de segurança, e o Poder Público municipal não pode se furtar de contribuir com a segurança. Eu vi, e os senhores, meus vizinhos, meus amigos, aqui devem ter visto, nós tivemos o último processo eleitoral, onde se falou muito em segurança. Os próprios candidatos a Prefeito, Vereadores, diziam que iriam lutar pela segurança, lutar pela melhoria da segurança. E a gente, quando tem oportunidade de, efetivamente, lutar pela segurança, a gente discute o que não é importante. A gente discute ideologia, a gente discute que vai beneficiar alguma comunidade, que vai criar, enfim, segregação na Cidade. Eu vejo inúmeras discussões nesse sentido. Sendo que a

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 29NOV2016

---

comunidade precisa de quê? O integrante, a comunidade precisa de segurança. Então, estamos aqui, o Município tem a oportunidade de tomar uma medida eficiente e eficaz para a segurança. O município de Porto Alegre tem a oportunidade de fazer a diferença e apresentar uma solução, uma proposta de alternativa para a segurança. Então, eu gostaria de chamar atenção, sei que os Vereadores vão depois assistir a este debate, assistir ao que foi aqui falado, com certeza. Então, eu gostaria de pedir que estes mesmos Vereadores que vão fazer suas campanhas, pedir voto, pedir ajuda da comunidade, agora analisem o projeto sob a óptica da comunidade, enxerguem o projeto como a comunidade está enxergando. A comunidade precisa de segurança. Então, agora, a gente precisa... Nós temos um projeto concreto, temos a manifestação do Poder Público favorável. O Poder Público é parceiro e quer implantar um projeto de segurança, quer o auxílio da comunidade para a realização da segurança. É só isso que a gente quer. Então, por que nós estamos vendo como obstáculo? É só olhar o projeto como aquilo que a comunidade precisa. E isto, eu tenho certeza, que os Vereadores desta Casa vão, com certeza, ter essa sensibilidade no momento de votação, no momento oportuno da votação. Eles vão perceber o quanto este projeto representa o interesse da comunidade, porque ele traz um clamor popular pela segurança, e a gente precisa aqui saber ouvir a voz do povo. A voz do povo é essa. Nós temos inúmeras outras questões que precisam ser tratadas, mas eu acho que o nosso representante no Legislativo precisa ter essa sensibilidade. Parabenizo o Ver. Engº Comassetto, porque teve essa sensibilidade, o Ver. Pujol está aqui presente, também percebeu a importância do tema. Trago-o aqui, então. Mais uma vez, reforço a importância da votação deste projeto, da aprovação como realização da vontade popular. A vontade popular é: precisamos de segurança e temos aqui a demonstração clara da comunidade, a participação da comunidade pela segurança. E o projeto traz uma oportunidade maravilhosa de o Poder Público participar, juntamente com o Estado e com as comunidades, da realização da segurança. É só isso que a gente quer, como o colega Gonorvan, a gente quer continuar passeando na nossa comunidade, sentindo-se seguro e também contribuindo, cumprindo com a nossa parte que é a responsabilidade de contribuir com a segurança. São essas palavras que eu gostaria de deixar registradas para que a gente, como representante da comunidade Chácara das Nascentes, traga essa vontade. A vontade da comunidade é unânime. Precisamos realizar a segurança, e o Município tem a oportunidade e precisa agir

---

cumprindo esta função, atingindo o máximo possível, como o companheiro da Guarda, o representante da Secretaria Municipal de Segurança... É difícil para o Poder Público cumprir o seu papel, então, ele precisa se valer da comunidade, precisa se valer do apoio da comunidade. Era isso. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto):** Obrigado, Roni. O Sr. Luiz Felipe Persson está com a palavra.

**O SR. LUIZ FELIPE PERSSON:** Boa noite, Vereadores da Mesa, senhoras e senhores; muito nos honra ver este auditório quase lotado, muito boa a presença das comunidades. Eu sou Presidente da Associação Lagos de Nova Ipanema, onde lá nós temos 500 famílias também, como o Roni agora acabou de frisar, preocupadíssimas com isto, o que o Gonorvan também tinha falado, o Lopes também tinha falado. Nós temos índices beirando a zero, e isso é uma ilha dentro da nossa sociedade, em que todos os bairros costumam ser diariamente atacados, de uma forma ou de outra que aqui não vem ao caso. Mas o mais importante de tudo é um projeto que o Ver. Engº Comassetto começou a encaminhar e que está tocando, muito simples, raso, com pouca coisa, onde o Poder Municipal praticamente não depende absolutamente de nada, mas que regra algumas coisas, que nos ajudarão sensivelmente. Ontem, às 17h30min da tarde, nós tivemos um problema lá na entrada do nosso condomínio, do nosso loteamento condomínio ou condomínio loteamento, com uma equipe da EPTC. Segundo eles, eles chegaram lá, dizendo que tinha havido uma denúncia – obviamente, não referiram de onde era ou quem era –, dizendo que era proibido ter cones ali para diminuição da velocidade e algum controle de acesso. Ora, a EPTC está fazendo o seu papel? Sim, está. Mas eu acho que as preocupações são tão maiores nos entornos, que certas atitudes passam a ser absolutamente demasiadas em relação ao problema vivido. Quer dizer, quem fez a denúncia? Sabe-se lá. Talvez até seja do próprio morador, talvez alguém externo que estaria incomodado por reduzir a velocidade. Então, essas coisas, este projeto, de maneira simples, tranquila, acaba com elas. A EPCT está fazendo o seu trabalho; nós, fazendo o nosso trabalho comunitário, respaldados por uma legislação que virá, temos a certeza. Também aqui faço minhas as palavras do Roni para que os outros Vereadores se sensibilizem e imediatamente aprovem este projeto. Isso faz com que nós ajudemos o

Poder Público a debelar este problema sério de segurança que nós temos. Era isso. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto):** Muito bem, Luiz Felipe, muito obrigado. A Sra. Luciana Bastos está com a palavra.

**A SRA. LUCIANA BASTOS DA SILVA:** Boa noite a todos e a todas, eu sou representante da Associação dos Moradores e Proprietários do Morro São Caetano – Apromosc, e eu gostaria de relatar que nós temos segurança, fica estrategicamente colocada e circula de moto, o QG deles fica bem na entrada, porque nós só temos um acesso, mas nós não temos nenhum tipo de cone ou cancela, lamentavelmente. Seguidamente, ao contrário de quem tem cancela, no nosso condomínio, digamos assim, entram nas casas, assaltam pessoas; há quinze dias o problema culminou com uma execução, em frente à minha casa, em que os Bala na Cara deram três tiros num sujeito dos V7. Eram 22h, eu estava chegando em casa, e tudo que os guardas puderam fazer foi chamar o SAMU e a Brigada Militar, porque não tem como controlar. Já aconteceu também de desovarem corpos lá. É uma área de preservação permanente, tem muita mata, é um espaço bastante aberto, com uma praça enorme, e fica absolutamente acessível a quem queira cometer qualquer maldade lá. Muito obrigada, era isso, peço que os Vereadores se sensibilizem e aprovelem o projeto. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto):** Obrigado, Luciana. A Sra. Ana Lúcia está com a palavra.

**A SRA. ANA LÚCIA DE SOUZA RANGEL:** Eu vou falar bem rápido, gente. As pessoas complicam, a vida é tão simples, tão fácil, e as pessoas complicam. Existe esse projeto, ele é maravilhoso, vai beneficiar muitas e muitas pessoas. Eu estou, há dois anos e meio, morando no condomínio Chácara das Nascentes, durmo de janela aberta, de porta aberta, muitas vezes deixo meu carro aberto, os vizinhos passam WhatsApp dizendo: “Ana, teu carro está aberto”. É uma tranquilidade, por quê? Porque nós temos ronda, nós temos portaria, nós temos uma guarita, tem que se identificar, dizer aonde vai, de onde vem. Isso que tem muitas falhas, porque a associação está se estruturando, está

mudando e vai mudar muitas coisas, mas está funcionando, nunca aconteceu nada de grave lá, nunca! Agora, se não tivesse esse mínimo de segurança... nós estamos na Lomba do Pinheiro, já teriam acontecido muitas desgraças, como as que essa senhora acabou de relatar – infelizmente, ela não tem a portaria. Já aconteceram também denúncias, acredito até que de próprios moradores, que não têm nada para fazer, são mesquinhos – isso é de uma mediocridade –, para a EPTC, que é o que senhor falou, porque não existe essa lei. Aí, o que acontece? A EPTC passa lá. Denuncia, Ministério Público, pô! É o fim da picada! É uma lei simples, aprovem! Vereadores, a gente pede: aprovem! Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto):** Obrigada, Ana Lúcia. O Sr. Erivani Lopes Haygert está com a palavra.

**O SR. ERIVANI LOPES HAYGERT:** Gente, eu sou da área de segurança pública, e eu sei que a gente sempre pede a polícia, só que é o seguinte: quando a polícia tem que agir, é sinal, definitivo e cabal, de que todas as outras coisas falharam, porque a polícia não é o início, é o final do processo, ou seja, quando a polícia é chamada é porque todo o resto falhou. Falhou a educação, que é fundamental, e falhou a prevenção, certo? Então, o que nós temos, no caso, sobre as portarias, que eu chamo de controle de acesso, na realidade não é uma portaria como tal, ela age preventivamente. E o fato de ter o cara fardado, uniformizado, desarmado na portaria, inibe a ação, como foi colocada no documento; isso se chama ostensividade. Então a prevenção e a ostensividade, no caso, o que nós fazemos é exatamente isso. O que nós temos de segurança no entorno dos nossos perímetros é exatamente em função de estarmos ostensiva e preventivamente atuando. E nós temos uma situação fática que o Poder Público tem que ver, tem que reconhecer. O Ministério Público já reconheceu isso. Eu tenho o parecer comigo, porque nós temos um processo de um inquérito civil contra nós. E foi zerado, foi solicitado o arquivamento pelo próprio Dr. Cláudio Melo, exatamente por entender que a comunidade tem o direito, sim, de ter segurança. E o Estado não tem condições de nos fornecer essa segurança, nós podemos, organizadamente, fazê-lo.

Então nós entendemos que o Poder Público deveria incentivar ações dessa natureza, de preferência, inclusive, universalizar essa ação que estamos oferecendo. Isso é um

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 29NOV2016

---

exemplo bom, tanto que a criminalidade internamente é zero. Se não for, é bem próximo a isso. Onde tu consegues isso em outro lugar em Porto Alegre, que não nessas áreas? Só em condomínios fechados. E nós não somos de condomínios fechados, somos de uma área de vias públicas. Então o Poder Público deveria incentivar e também universalizar. Esse evento deveria ser divulgado, como dizia um ex-Governador: deve ser espreado para outros lugares da nossa Cidade.

Como eu disse aqui, a segurança pública hoje é um clamor público. E o Poder Público constituído, municipal e estadual, não pode ficar alheio a isso. Nós estamos clamando por isso! Nós estamos fazendo a nossa parte, e, muitas vezes, somos instados a não fazermos mais. Isso é um verdadeiro absurdo! Somos instados a tirar o que colocamos para ter segurança para nós, para nossa família, para nosso patrimônio, e para convivência com a sociedade.

Nós temos que ter bem claro o seguinte: infelizmente, nesta madrugada, houve um acidente em Medellín em que morreram várias pessoas. Nós estamos sentidos, doídos com isso, só que temos que ver que neste País, a cada dia, ocorrem várias mortes como as de Medellín. Isso tem que estar na cabeça daqueles que decidem, daqueles que governam e também do Poder Legislativo, que tem a função de criar leis que favoreçam as comunidades, as pessoas. E onde essas pessoas estão? Nas comunidades, nos bairros. Então a preocupação é justamente essa: nós precisamos ter o apoio dos Srs. Vereadores para que esse projeto seja aprovado como um primeiro passo a ser alcançado. Porque Porto Alegre não tem, mas deve ter e a gente quer que tenha, num futuro bem próximo, uma legislação do loteamento fechado, como em vários lugares do Rio Grande do Sul, do Brasil e fora daqui também. Então tratando do exemplo de fechar – como já existe em vários lugares fora do País –, por exemplo, o Parque da Redenção. Isso é uma medida urgente, sem deixar de atender à população. Por que, a partir das 22h, não se pode frequentar o Parque da Redenção? Pode!

Era isso. Acho que temos que nos preocupar, porque vários medellíns ocorrem a cada dia neste País. Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto):** Muito obrigado. Passo a palavra ao Gerson Costa.

---

**O SR. GERSON MOREIRA DA COSTA:** Boa noite. Só ratificando a preocupação que nós, como comunidade, temos sobre algo que realmente chama a atenção de Porto Alegre, que está se tornando muito violenta. O que estamos solicitando aos Vereadores é exatamente essa parceria com o Poder Público. Essa parceria, praticamente não terá custos para o Poder Público, isso será com as associações, com as comunidades. Elas vão se comprometer a fazer a sua segurança. Isso é importante para os moradores, se aprovarem a lei. Um custo praticamente zero, e vai fazer com que as comunidades fiquem cada vez mais seguras, que acho que é isso que nós queremos realmente.

Então peço aos Vereadores que tenham atenção com esse projeto que é importante para as comunidades, que o aprovem. Será um passo importante para buscarmos, cada vez mais, o que interessa para nossas famílias, nossos filhos: a nossa segurança.

**O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto):** Muito obrigado. O Sr. Rafael, representante do gabinete da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, está com a palavra.

**O SR. RAFAEL LEMES DA SILVA:** Boa noite a todos e a todas. Como o Vereador proponente desta audiência pública, Ver. Comassetto, já adiantou, e acompanhando também a fala do Ver. Reginaldo Pujol, nós vimos acompanhar esta audiência, porque este é o objetivo de uma audiência pública... Não que os Vereadores digam aquilo que eles pensam, ao contrário, porque os Vereadores têm todas as sessões da Câmara, têm diversos meios publicitários de fazer isso, têm diversas formas pela imprensa ou seus próprios meios de fazer isso. Então, este é o momento de ser feito o caminho inverso, que é o da comunidade expressar as suas opiniões, e, obviamente, os Vereadores e a Câmara Municipal ouvir e elaborar sobre isso, pensar sobre isso. Portanto, esse é um projeto que, de fato, quando chegou na Sessão, nós achamos que seria importante que houvesse um debate com a comunidade, e, inclusive, agradeço muito as intervenções da comunidade, porque esclareceram diversos pontos do projeto. Eu estou acompanhando não só pelo gabinete da Ver.<sup>a</sup> Fernanda, mas pelo gabinete do Ver. Alex, representando a bancada do PSOL. Evidentemente, esse é um projeto que vem ao encontro de uma falta de política pública que deveria ser sustentada pelo Estado que vem piorando a cada ano, de uma polícia muito mal equipada, as forças de segurança, por completo, muito mal equipadas, mal remuneradas também, é importante dizer. E hoje nós temos a polícia que

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 29NOV2016

---

mais mata e que mais morre no mundo, ou seja, é uma polícia que está em constante deflagração, e que, ao mesmo tempo, nós temos indicadores de violência desastrosos. Muito mais do que estatística, cada um de nós pode relatar diversas situações em que esteve em perigo.

Então, nós agradecemos bastante as intervenções. Acho que todo projeto que parte de um modelo, e é interessante o modelo proposto, ao se massificar tem que tomar alguns cuidados, principalmente, com relação a quem faz a segurança, porque tem que ser profissionais capacitados, qualificados, enfim... Isso tem que ser refletido, mas não sei se há uma necessidade de que haja uma visão de regulamentação para que ela possa ser implementada, ou se, desde a sua aprovação ela pode ser implementada, porque seria uma discussão também da aplicabilidade das leis, e acho que isso pode, para que vocês consigam o objetivo de vocês. Acho que esse é um tema que deve ser discutido, até para que, talvez, seja necessário algum tipo de emenda, por exemplo, que garanta essa aplicabilidade imediata, ou se isso vai ter necessidade de regulamentação. Bom, todo mundo está estudando o projeto e está verificando isso.

No mais, agradeço muito as intervenções, e de fato, esclareceram bastante as opiniões. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto):** Obrigado, Rafael. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Como eu disse anteriormente, eu gostaria de, antes de mais nada, ouvir a todos e a todas, a respeito de suas... Já que iniciei, vou concluir a minha intervenção, que não pretendo que seja alongada. Vou me justificar: logo após vou ter que me ausentar em virtude de que tenho outros compromissos.

Eu quero me solidarizar aos que não puderam estar aqui presentes, não é desconsiderando o assunto. É que tem uma multiplicidade de ações aqui da Casa, de modo que as pessoas têm que se dividir. Eu, por exemplo, tenho a incumbência, entre outras coisas, de representar aqui, agora, o meu colega de bancada, o Dr. Thiago, e o Ver. Bernardino Vendruscolo, que são autores da única emenda colaborativa que o projeto registra, demonstrando que nós temos interesse nessa matéria. Em verdade, é a Casa dividida; além do plenário, tem várias comissões temáticas, e a rigor, esse assunto

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 29NOV2016

---

deveria ser prioridade dentro da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Urbana, que, certamente, não desconhece a prioridade no dia atual de colocar a segurança pública como primeira e principal prioridade das administrações públicas, quer seja no nível federal, estadual ou municipal. Em verdade, há muito tempo a gente sempre ouviu dizer que, tendo educação e saúde, as outras coisas a gente acomodaria. Hoje, eu arrisco dizer que não adianta ter educação e não adianta ter saúde se não tiver segurança. De que adianta ter um bom colégio para os nossos filhos se ele às vezes não consegue nem sequer entrar dentro da escola por falta de um aparelho de segurança que possa lhe proteger?

Então quero dizer a todos – e o Vereador proponente do projeto é o meu melhor testemunho nesse particular, em que pese ser da Comissão de Educação Cultura e Esporte e Juventude e da Comissão de Urbanismo, Transporte e Habitação – que, a gente, de certa forma, sai do objetivo específico da Comissão temática a que pertence dada a prioridade do assunto, que é a segurança pública. O nosso regimento estabelece que a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, um dos seus objetivos tem que ser a organização de programas, disse bem, voltados à segurança urbana e ao bem-estar da população no contexto municipal. Então, aí não há, como o senhor bem acertou, nem a opção ideológica; aí há um compromisso até regimental de que se priorizem ações que tenham esse objetivo. Eu acredito que a iniciativa do Ver. Comassetto, de propor, de instituir esse programa, é como ele diz, a porta que se abre em cima da qual irá desenvolver ações capazes de aproveitar a disponibilidade de segmentos expressivos da comunidade que quer se somar ao Poder Público na tentativa de amenizar, de enfrentar, de debelar, se possível, esses problemas de segurança que sempre vivemos no dia a dia. Por isso quero, ao mesmo tempo em que reafirmo aqui o que já tenho dito ao Ver. Comassetto, não sendo esse um projeto que possa ser confundido ideologicamente, porque socialistas, liberais seja da ordem que for, todos nós somos humanos, dizer que precisamos ter segurança como vocês estão dizendo hoje aqui, inclusive levantando cartazes dizendo “segurança já!”. A sociedade ouviu muito discurso no período pré-eleitoral e precisa de alguma medida prática que aqui se encaminha. Então, não vou dizer que o projeto do Ver. Comassetto seja bom, que não merece alguns retoques; merece, mas é uma bela porta que se abre na busca desse objetivo, sem dúvida, uma bela porta que se abre, e nós temos que aproveitá-la. Quero

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 29NOV2016

---

dizer, até em respeito e homenagem a todos vocês que vieram hoje aqui ouvir e discutir esse tema, que eu espero, ainda nesta Legislatura, ainda no mês de dezembro que vai se iniciar, ter oportunidade de, juntamente com outros colegas, montarmos um projeto do Ver. Comassetto, satisfazemos um velho lutador, que é o Lopes, que há tanto tempo tem pleiteado esse assunto, e iniciarmos a montagem de uma rede, constituída de várias ilhas, como a mãe de um amigo diz, pequenos locais onde se organizam e onde a segurança começa a existir da resiliência, a partir da comunidade, buscando, com o apoio e na harmonia com o Poder Público, se organizar; a partir disso, construir um conjunto, uma rede, uma teia em que a nossa Cidade fique mais bem servida do que é nos dias de hoje, em que possa, sim, Dona Luciana, reduzir a força dos “bala na cara” e de outros tantos que hoje, infelizmente, estão predominando no cotidiano da nossa Cidade e, não raro, tendo mais força do que as próprias forças institucionalmente constituídas.

Por isso, senhores e senhoras, peço vênias porque vou me retirar, mas sei que nos encaminhamos para uma conclusão. Deixo aqui não só a mensagem do Dr. Thiago e do Ver. Bernardino, como também o nosso compromisso de prosseguirmos, ao lado do Comassetto, na busca de, o mais rápido possível, escancarar a porta que se abre através do seu projeto. Obrigado pela presença de todos.

**O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto):** Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. O nosso último inscrito, fechando as dez inscrições, é o Sr. José Baseggio, que está com a palavra.

**O SR. JOSÉ BASEGGIO:** Bem, quero dizer que sou morador do Centro, bem pertinho do Exército e da Brigada Militar, e ali no Centro também tem violência diariamente. Mas, além de ser morador do Centro, eu trabalho com comunidades atendidas pela construção civil urbana. Principalmente na Restinga, na Bento Gonçalves, em frente ao Carrefour, nesses condomínios do Minha Casa, Minha Vida, pessoas foram retiradas de suas comunidades pobres e foram colocadas dentro de condomínio, dentro de gaiolas, e querem achar que, a partir disso, as pessoas se tornam civilizadas ou têm oportunidade maior na vida. Só que as instituições públicas não cumpriram com o seu devido dever que é dar oportunidade para essas pessoas. Não é só com violência, com bala ou com repressão que a gente vai mudar essa sociedade, a gente tem que dar oportunidade. As

---

peças não nascem bandidas; elas se tornam violentas porque são agredidas diariamente, então é isso o que a gente precisa compreender. Eu fico um pouco preocupado com esse tipo de proposta, quando a gente começa a criar guetos, focos de segurança... Mas e o resto? Um dia vocês vão ter que sair para rua para levar o seu filho para a escola, ir ao supermercado ou para qualquer outro lugar. E aí, como é que fica? A segurança dentro do seu condomínio está controlada, mas lá fora não está. O que está muito claro hoje em dia é o seguinte: as instituições públicas faliram, acabaram. Ou a gente dá um jeito de melhorar isso ou não teremos segurança nunca.

**O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto):** Muito obrigado. Agradeço a intervenção do José Baseggio. Vamos aos encaminhamentos finais da nossa audiência de hoje. No início, nós combinamos que a audiência tem um rito a ser seguido: foi convocada por um edital que abriu para os proponentes fazerem as suas exposições, ouvimos o Poder Público Municipal e as dez inscrições, agora vamos para a finalização. Sempre na finalização a gente recebe os documentos que, por ventura, houver, para ficarem anexados ao processo e dar continuidade. Eu creio que o Sr. Lopes tem um documento, e este é o momento de podermos recebê-lo.

**O SR. ERIVANI LOPES HAYGERT:** Entrego o documento que nós formalizamos. Nele nós argumentamos que as coisas sejam feitas exatamente com o intuito de que tenhamos mais segurança.

(Procede-se à entrega do documento.)

**O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto):** Muito obrigado. Eu, como Presidente da audiência pública, observo que foram levantados alguns poucos questionamentos.

O representante do Gabinete da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, Rafael, perguntou se esse processo terá ou não uma regulamentação e em que momento isso será feito. Nós propusemos isso exatamente no art. 2º. Pelo entendimento em direção à fala do José Baseggio, a proposta é a criação do programa municipal de segurança das comunidades no Município de Porto Alegre. E o Poder Público Municipal terá que ter a responsabilidade de coordenar isso e de fazer a regulamentação, porque ele não sai pronto daqui. E aí tem

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
008ª Audiência Pública 29NOV2016

---

um outro debate que surgiu no plenário e que surge em todos os momentos, até porque nós sabemos que tem um debate no meio urbanístico da definição dos territórios urbanos, de eles serem fechados ou de se criarem os guetos. Esse é um dos temas que o projeto, em momento nenhum, aponta ou propõe que seja constituído dessa forma. Uma das falas que foi feita, inclusive, por alguns colegas Vereadores, da tribuna, e aqui posso nominar, foi o colega Cláudio Janta, diz que isso vai criar as milícias. Eu tenho a clareza de que o projeto não tem esse objetivo; pelo contrário, a proposta do projeto é combater que se formem milícias. Hoje, para o bem ou para o mal, como se propõe que as comunidades ajudem no tema da segurança, se deixar a autonomia para cada comunidade, para o bem ou para o mal, eu não tenho dúvidas de que vai gerar conflitos, vai gerar posições, vai gerar guetos, vai gerar conflito entre comunidades. O que nós temos hoje é que o Estado deixou de entrar em algumas comunidades, e, aí sim, se formaram as milícias. Eu atuo muito nas comunidades da periferia, regularização fundiária, regularização urbana, e tem algumas comunidades que tu não entras mais, ou tens que pedir autorização para os patrões para poder entrar. Obviamente que nós não podemos deixar que esse tipo de milícia tome conta da Cidade.

O projeto, e aqui trazendo os questionamentos feitos, ele, justamente no art. 2º, diz que “devem firmar convênio com o Município de Porto Alegre as comunidades, para atuar de forma conjunta e regulamentada no exercício de iniciativas que visem à segurança local.” Se tem câmeras que identificam os conflitos existentes, pode ter uma central, e essa central ser utilizada como informações públicas, diminuindo os custos.

Todas as pessoas aqui me conhecem e sabem da minha opinião, eu sou daqueles que defendem que o Estado tem que ser forte, que o Estado tem que atuar, que o Estado não pode abandonar a sociedade como está abandonando neste momento. Aí nós temos diversas visões e... (Problemas técnicos no som.) ...a sociedade decidiu por uma visão de Governo do Estado, por uma visão de Governo do Município, e o nosso papel aqui é, dentro do contraditório das proposições, fazer com que os sistemas avancem.

Eu quero agradecer a todos os participantes desta audiência pública e dizer que nós fizemos um acordo em plenário: após a audiência pública, com o seu resultado, iríamos levar à votação. Esta semana, já está decidida a Ordem do Dia dos projetos a serem votados. Na próxima quinta-feira, nós levaremos novamente, com o resultado desta

---

audiência, e vamos negociar com os demais Líderes, para que, na quinta-feira da próxima semana, não sei o dia com precisão, creio que é lá em torno do dia 9 ou 10...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto):** Oito? Que nós possamos votar no dia 8. Bom, o que é que nós tivemos aqui? Que todos aqueles que trouxeram as suas opiniões para este debate que continuem dialogando com o conjunto, nós somos 36 Vereadores, para garantir a votação. Temos que ter 19 votos positivos, com 19 votos, está garantida a aprovação do projeto para ir para a segunda etapa. Não acabou aqui a discussão, e, se o projeto for aprovado – esperamos que seja –, terá que ser feita a regulamentação. Aí nós vamos pegar um novo momento, a transição de um Governo que sai e um Governo que entra, em que tem o tema da segurança, e aí tem um outro conflito estabelecido, que é um conflito social, um conflito conceitual: se o Município é responsável também pelo tema da segurança, ou se não é responsável pelo tema da segurança, e qual é o limite. Eu creio que essa iniciativa vai trazer para a mesa esse diálogo com a nova equipe que se estabelece. Também acolho aqui e vamos relatar, prezado Diretor Legislativo, que o Poder Público Municipal, através da Secretaria Municipal da Segurança, trouxe a posição, a opinião favorável a constituir esse programa municipal de segurança das comunidades do Município de Porto Alegre.

Dito isso, quero agradecer a participação de cada um e cada uma de vocês, e dizer que esse processo terá continuidade. Queremos que, antes do Natal, ele esteja votado. Tem outro detalhe: ele vai ser votado no final do ano. Se ainda for para este Governo promulgar, todos os movimentos têm que ser em direção a este Governo; se não chegar neste Governo, vai ser na transição. Temos que deixar claro isso, que estamos nesse período de transição, e que aí tem que fazer o debate diante dessa situação. É bom saber que eu não retorno ao Parlamento no próximo período, mas não deixarei de continuar fazendo política e defendendo aquilo de que tenho convicção, que é o direito à cidadania. A Cidade tem que ser uma cidade que inclua, e não uma cidade que exclua. Um grande abraço, declaro encerrada a audiência pública realizada hoje, e boa noite. (Palmas.)

(Encerra-se a reunião às 20h55min.)